



Ana Lúcia Marinônio de Paula Antunes

**“Sentença vem de sentimento”: sobre
a subjetividade dos atores jurídicos
em Varas de Família**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica pelo Programa de Pós-graduação do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Andrea Seixas Magalhães

Rio de Janeiro
Agosto de 2010



Ana Lúcia Marinônio de Paula Antunes

**“Sentença vem de sentimento”: sobre
a subjetividade dos atores jurídicos
em Varas de Família**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Andréa Seixas Magalhães

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Terezinha Féres-Carneiro

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Leila Maria Torraca de Brito

Depto. de Psicologia Social e Institucional - UERJ

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2010

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Ana Lúcia Marinônio de Paula Antunes

Graduou-se em Psicologia pela UFF (Universidade Federal Fluminense) em 1985. Especializou-se em Terapia de Família e Casal pelo CCE/PUC-Rio em 2007. Trabalha desde 1994 no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, atuando como psicóloga jurídica em Vara de Família por dez anos.

Ficha Catalográfica

Antunes, Ana Lúcia Marinônio de Paula

“Sentença vem de sentimento”: sobre a subjetividade dos atores jurídicos em Varas de Família / Ana Lúcia Marinônio de Paula Antunes ; orientadora: Andréa Seixas Magalhães. – Rio de Janeiro: PUC; Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, 2010.

139 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Psicologia jurídica. 3. Subjetividade. 4. Varas de Família. I. Magalhães, Andréa Seixas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Para o meu pai, Afrânio (em memória),
alguém que elaborava sentenças com sentimento.

Agradecimentos

Aos participantes desta pesquisa, pela generosidade em revelar seus sentimentos.

A todas as famílias com as quais atuei nas Varas de Família, por me despertarem questionamentos e sentimentos, os quais impulsionam o presente estudo.

À minha orientadora, Andrea Seixas Magalhães, por sua orientação teórica embalada em carinho, incentivo e respeito, elementos essenciais para a produção deste trabalho.

Às colegas de trabalho, pelo apoio e compreensão quanto às minhas ausências, em especial à Ana Lúcia Rocha Silva.

À minha querida amiga Rita, pelas instigantes conversas sobre o tema.

A Flávio, meu marido e amigo, pelo suporte afetivo e doméstico, que tornou possível a realização deste projeto.

À Lu, Mi e Lê, minhas filhas, por se esforçarem para compreender minha ausência e me lançarem olhares de admiração, que funcionaram como combustível para esta produção.

Resumo

Antunes, Ana Lúcia Marinonio de Paula; Magalhães, Andrea Seixas. **“Sentença vem de sentimento”: sobre a subjetividade dos atores jurídicos em varas de família.** Rio de Janeiro, 2010. 139 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A transformação global envolvendo todos os campos de interação humana, em meio a um contexto democrático da sociedade ocidental, vem provocando um aumento vertiginoso na demanda por justiça, um fenômeno nomeado de “judicialização da vida”. A resposta judicial deixou de ser pontual e passou a influir na produção de uma nova ordem subjetiva, na medida em que a instituição judiciária se tornou a última instância segura num mundo destituído de tradição. Neste estudo, nos propusemos a estudar os desdobramentos da vertente denominada “judicialização dos conflitos familiares” sobre os atores jurídicos. Quando a família se submete a uma intervenção judicial sua malha relacional é expandida e outros personagens passam a ocupar um lugar simbólico em seu universo. A dialética das relações humanas nos remete a idéia de que todos esses *outros* também sejam atravessados pelo litígio, na medida em que não deixam de ser sujeitos e, portanto, submetidos à mesma fluidez que seus jurisdicionados. Este trabalho investiga a percepção dos atores jurídicos frente à família contemporânea, frente ao direito e os sentimentos envolvidos na atividade profissional. O estudo de campo foi realizado com dez atores jurídicos, dentre as categorias de juiz, promotor, advogado, assistente social e psicólogo. Os resultados demonstraram referenciais conflitantes entre o tradicional e o contemporâneo, tanto relativo à família, quanto às leis. Seus sentimentos sobre o próprio trabalho ressaltaram esta ambiguidade, manifestada sob diversas formas, desde a angústia à plenitude de sentir-se útil. Nossa análise resalta a delicada posição dos atores jurídicos, na medida em que deles se solicita sensibilidade, mas impõe-se imparcialidade e aponta a reflexão ética como direção a seguir.

Palavras-chave

Psicologia jurídica; subjetividade; Varas de Família.

Abstract

Antunes, Ana Lúcia Marinonio de Paula; Magalhães, Andrea Seixas (Advisor). **“Judgement comes from feeling”: about the subjectivity of legal actors in family courts.** Rio de Janeiro, 2010. 139 p. MSc. Dissertation - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

The global transformation involving all fields of human interaction in the midst of a democratic context of Western society, has led to a steep increase in demand for justice, a phenomenon named "legalization of life." The judicial response has ceased to be punctual and went on to influence the production of a new order subjective, in that the judicial institution has become the ultimate safe in a world devoid of tradition. In this study, we proposed to study the unfolding of the strand called "legalization of family conflicts" on the legal actors. When the family undergoes a judicial intervention is expanded its network relational and other characters come to occupy a symbolic place in his universe. The dialectics of human relationships leads us to the idea that all these others are also crossed by the dispute, to the extent that they are still subject and therefore subject to the same fluidity that their litigants. This study investigates the perception of legal actors facing the contemporary family, facing the law and the feelings involved in professional activities. The field study was conducted with ten legal actors, among the categories of judge, prosecutor, lawyer, social worker and psychologist. Results showed conflicting references between the traditional and contemporary, both relative to the family as to the law. His feelings about his own work showed this ambiguity, manifested in various forms, from anguish to the fullness of feeling useful. Our analysis highlights the delicate position of legal actors, in that their sensitivity is sought, but it must be impartial and ethical reflection points as a way forward.

Keywords

Forensic psychology; subjectivity; Family Courts.

Sumário

1. Introdução	10
2. Família contemporânea	16
2.1 O desenvolvimento da lógica afetiva na família	17
2.2 A pluralidade em substituição ao modelo único de família	25
2.2.1 O familiarismo homoafetivo em confronto com a ordem instituída	34
2.2.2 Psicanálise: sem Lei institui-se um <i>self-service</i> normativo	37
2.3 Mal-estar contemporâneo: o declínio das tradições e sua repercussão nos referenciais identitários	41
3. Leis, família e afeto: mudanças legislativas no contexto histórico-cultural brasileiro	45
3.1 Princípios constitucionais ancorando o novo conceito de família	49
3.2 Reconhecimento da união homoafetiva: dos princípios à Lei Maria da Penha	55
3.3 Casamento: o instituto da culpa em vias de extinção	56
4. Família e Judiciário	60
4.1 O fenômeno da judicialização: das relações institucionais às relações familiares	61
4.2 Litígios familiares: uma tensão entre os ideais de afeto e de autonomia	66
4.3 A conjugalidade em conflito e o envolvimento dos filhos no litígio	69
4.4 Atravessamentos socioculturais nos litígios	73
4.5 Repercussões da intervenção judicial na família	76
4.6 O litígio como possibilidade transformadora	79
5. Novas formas de justiça	84
5.1. Uma intervenção humanizada	84
5.2. A emergência das práticas consensuais	87
5.3. Mediação como democracia institucional e familiar	92
6. Estudo de campo	95
6.1 Participantes	95
6.2 Instrumento	97

6.3 Análise dos dados	98
7. Resultados e discussão	99
7.1 Percepções sobre a família contemporânea	100
7.1.1 Velocidade das transformações	101
7.1.2 Laços familiares e papéis parentais	102
7.1.3 Impacto da separação e do recasamento sobre os filhos	105
7.1.4 Sentimentos sobre a nova ordem familiar: da nostalgia à esperança	106
7.2 Percepções sobre o direito	109
7.2.1 A ideologia da culpa	109
7.2.2 A questão do tempo	112
7.2.3 Mediação	114
7.2.4 Guarda compartilhada	115
7.2.5 Homoparentalidade	117
7.3.6 Ética - Direito divino, impossibilidade de fazer justiça ou justiça transformativa?	118
7.3 Percepções sobre si: o ator jurídico como sujeito	121
8. Considerações finais	125
9. Referências bibliográficas	130
Anexo I	139